

1.º Congresso Nacional da Economia Social



Eduardo Graça
Presidente da Direcção
da CASES

Está em curso a organização do Congresso Nacional da Economia Social com a participação e empenhamento das mais importantes entidades representativas do sector. Esta iniciativa nasceu

de uma decisão do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) e vai concretizar-se através de sessões temáticas a realizar de forma descentralizada ao longo do ano de 2017, e de uma sessão final previsivelmente em novembro.

O sector da Economia Social, em Portugal, previsto na Constituição da República com a designação de “sector cooperativo e social”, tem sido objeto nos últimos anos, de medidas e reformas no plano institucional, legal e organizacional.

Está em curso de aplicação legislação ordinária, recentemente aprovada, respeitante ao enquadramento, entre outros, dos subsectores cooperativo, fundacional e associativo (incluindo o das IPSSs) e, no plano nacional e internacional, em particular, no quadro da União Europeia, têm surgido novos desafios em torno de temas como a inovação, o empreendedorismo e impacto social.

Foi recentemente divulgada a Conta Satélite da Economia Social, com dados de 2013, elaborada no âmbito de uma parceria entre a CASES e o INE que permite verificar que o sector da Economia Social, no

período mais crítico da crise (entre 2010 e 2013), mostrou-se resiliente, representando 3% do VAB nacional e 6% do emprego remunerado total (5,5% em 2010), posicionando-se como um dos mais importantes sectores empregadores a nível nacional.

Pela sua importância na economia, e na sociedade portuguesa, o sector da Economia Social tem assinalado a necessidade de promover um debate nacional, estruturado e participado, acerca das questões mais relevantes que se lhe colocam, desde logo, a manifesta desproporção entre a sua real importância na sociedade e o seu relativo fraco reconhecimento público.

Que se realize, sob a forma de Congresso Nacional, no decurso do ano de 2017, um debate nacional buscando congregar o mais amplo apoio, e participação, a todos os níveis, das entidades da Economia Social portuguesas.

As mais de 61.000 entidades da Economia Social, sem finalidade lucrativa, estão presentes em todo o território nacional, abraçam as comunidades locais, assegurando a produção de bens e serviços transacionáveis com relevante significa-

do, através de cooperativas, em particular na fileira da agro-indústria (transformação do leite, azeite e vinho), na prestação de serviços nas áreas sociais (cuidados de saúde, apoio e assistência à infância, a idosos e pessoas com deficiência) e na área da cultura, desporto e recreio, através de um denso e extenso movimento associativo.

As entidades da Economia Social que contribuem, de forma inequivocamente relevante, para a coesão social e o desenvolvimento regional e local, carecem de um impulso que promova a sua modernização nos planos da gestão, intercooperação, o reforço da sua posição no âmbito da concertação social, abrindo caminho para a criação de uma plataforma associativa nacional que lhes permita falar a uma só voz e ser ouvidas quer pelo poder quer pela opinião pública.

São longos e complexos os trabalhos do Congresso Nacional da Economia Social que já se iniciaram e que terão a sua primeira expressão pública numa sessão de apresentação da Conta Satélite da Economia Social no próximo dia 17 de fevereiro, na sede do INE, em Lisboa.